

INEMPREGO EM PORTUGAL: UM ESTUDO DESCRITIVO DOS VÍNCULOS LABORAIS DE GRADUADOS AO LONGO DA CARREIRA

Patrícia Araújo¹⁸

Filomena Jordão¹⁹

José Manuel Castro²⁰

Resumo

O desemprego e as relações laborais precárias estão a tornar-se uma realidade em graduados e é objetivo deste artigo obter dados estatísticos concretos sobre estas relações laborais. Através de um questionário eletrónico, obteve-se uma amostra de 170 graduados, a maioria do sexo feminino (72.9%), solteiros (52.1%) e com uma idade média de 34 anos (± 8.08). Encontraram-se diferenças estatisticamente significativas no número de relações laborais em função do número de filhos, sendo os participantes sem filhos que experienciaram um maior número de relações laborais. Verificaram-se também diferenças em função do sexo, sendo as mulheres que vivenciam mais o trabalho sobrequalificado e o desemprego. Discute-se as implicações destes resultados sugerindo pistas futuras para a investigação e intervenção.

Palavras-chave: Graduados do ensino superior, emprego, desemprego, trabalho precário

¹⁸ Doutoranda na Faculdade de Psicologia e de Ciências a Educação da Universidade do Porto (Porto, Portugal)

Endereço para Correspondência: Patrícia Araújo: pattaraujo@gmail.com

¹⁹ Professora Auxiliar (Faculdade de Psicologia e de Ciências a Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal)

²⁰ Professor Auxiliar Convidado (Faculdade de Psicologia e de Ciências a Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal). Técnico Superior Assessor - IIEFP, Porto, Portugal)

Introdução

O aumento do número de graduados do ensino superior é atualmente uma realidade na Europa e, no caso de Portugal, face aos 18,671 diplomados que existiam em 1991, verificou-se que este número mais do que quadruplicou em vinte anos, passando para 81.410 diplomados em 2012 (Pordata, 2014). Apesar destes dados representarem, a nível global uma melhoria para os estados, os graduados têm experienciado, cada vez de forma contínua e intercalada, momentos de desemprego e um acrescido número de relações laborais precárias.

Se o desemprego é um conceito que pode ser definido, de forma redutora, como a não-atividade laboral ou a ausência de emprego ou trabalho, já as relações de trabalho precárias, atípicas, flexíveis, contingentes ou diversas outras designações pelas quais o trabalho precário é conhecido (Kalleberg, 2009; Kovács, 2004; Oliveira & Carvalho, 2008; Vaz, 2000), estão em constante evolução e reformulação, tornando difícil o seu enquadramento ou definição. Polivka e Nardone (1989) definem o trabalho precário em geral como todo o trabalho que não é a tempo inteiro, não é permanente, não possui remuneração fixa nem vínculo laboral. Fidalgo e Machado (2000, p. 343) definem trabalho precário como o trabalho “exercido em condições caracterizadas pela ausência de dispositivos institucionais de garantia de certos direitos historicamente constituídos” e que se caracteriza pela insegurança a quatro níveis: (i) da pertença ou não ao mercado; (ii) insegurança no emprego, (iii) da insegurança nos rendimentos; e (iv) insegurança na representação no trabalho (sindicalização). Por fim, e em síntese, consideramos como Diogo (2012) que “por exclusão de partes: é precário o que não é permanente ou efetivo” (para.7).

Os organismos nacionais e internacionais responsáveis pelas estatísticas do emprego/desemprego não disponibilizam dados específicos sobre as vivências dos vários tipos de relações ou vínculos laborais dos indivíduos. Uma grande parte das vezes, os dados limitam-se a distinguir empregados de desempregados e, ocasionalmente, diferenciam trabalho parcial de integral, e entre trabalho por conta própria e por conta de outrem.

Hoje sabemos que, em Portugal, a taxa de desemprego em graduados subiu de 3.1% no ano 2000 para 12.9% em 2013 (Pordata, 2014). Mais recentemente surgem alguns dados sobre precariedade que apontam para o facto de Portugal possuir a terceira maior taxa de trabalho precário da Europa com 23.2%, a seguir à Espanha e à Polónia, respetivamente com 25.6% e 28.2% (Observatório das Desigualdades, 2013). Em termos de trabalho temporário, 60.6% dos

profissionais contratados neste regime eram licenciados e 18% possuíam o mestrado (Mateus, 2014).

Nenhum estudo ou relatório estatístico fornece descrições específicas relativamente à situação profissional dos graduados (bacharelato, licenciatura, pós graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramentos), pelo que dificilmente se acede a informações sobre os tipos de relações laborais vivenciadas por estes públicos.

Em investigações anteriores temos enquadrado e descrito uma nova abordagem à vivência alternada do desemprego e das relações precárias em graduados que designamos como *inemprego* (Araújo, Castro & Jordão, 2013; Araújo & Jordão, 2011; Araújo, Jordão & Castro, 2014). Descrevemos o *inemprego* como a vivência alternada e continuada no tempo, de momentos de desemprego e de precariedade, mais proeminente em graduados, que se tem constituído como uma nova forma de viver o trabalho ao longo da carreira.

Ademais, o viver em precariedade está a tornar-se transversal a outras áreas da vida além da laboral, situação atestada num estudo com 80 jovens entre os 18 e os 34 anos conduzido por Alves, Cantante, Baptista e Carmo onde os autores afirmam que “a precariedade não se esgota no ponto de vista laboral, passa a ser um modo de vida (2011, p. 107).

Assim, num momento de incerteza, risco e constante mutação que marca o mercado de trabalho e o ambiente social e económico (Ferreira, Freitas, Costa & Santos, 2010) , urge procurar uma compreensão profunda da precariedade em graduados e, por isso, o principal objetivo deste estudo é a descrição detalhada do tipo de vivências e de vínculos laborais em graduados, através da resposta a uma questão de investigação: Quantos e que tipos de vínculos laborais experienciaram os graduados portugueses ao longo das suas carreiras, em função de variáveis sociodemográficas e profissionais?

Método

Este estudo recorreu a um design não experimental, adotando uma metodologia de natureza quantitativa e com cariz descritivo e enquadra-se numa investigação mais alargada sobre o construto do *inemprego* (Araújo et al., 2014; Araújo et al., 2015a, 2015b).

Participantes

Participaram neste estudo 257 indivíduos. Porém, 87 foram eliminados do estudo, porque ou não concluíram o preenchimento do questionário ($n = 70$), ou não cumpriam os três requisitos necessários para esta investigação ($n = 17$): possuir formação superior, ter vindo a trabalhar em situações laborais atípicas, precárias ou outras desde a conclusão do curso (e.g., trabalhar a recibos verdes, a contrato a prazo) e não estar motivado, no momento, para criar o seu próprio emprego/empresa, e que se constituem como os requisitos para se enquadrarem na situação de inemprego (Araújo et al., 2015a, 2015b). Em resultado desta triagem restaram 170 respostas válidas, 50 obtidas pelo link direto para o questionário (<http://pt.surveymonkey.com/s/VRB93JW>) e 120 através da divulgação do estudo na rede social Facebook.

A maioria dos participantes eram do sexo feminino (72.9%), solteiros/as (52.1%) e não tinham filhos (65.7%). Os participantes tinham em média 34 anos (± 8.08), variando entre os 21 e os 58 anos de idade (Tabela 1). No que respeita ao grau académico 50% dos inquiridos possuíam o grau de licenciatura (sendo que 37.1% possuíam apenas licenciatura e 12.9% possuíam já uma pós-graduação) enquanto os restantes 50% possuíam graus académicos de mestrado ou superior (Tabela 1.) em termos de tempo de experiência profissional, mais de metade dos indivíduos (55,4%) possuíam 6 ou mais anos de experiência (Tabela 1.)

Tabela 1

Caraterização da Amostra

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Min.	Máx.
Idade	34.03	8.08	21	58
			<i>n</i>	%
Sexo				
Feminino			124	72.9%
Estado Civil				
Solteiro			88	52.1%
Casado			51	30.2%
Unido de facto			21	12.4%
Divorciado			7	4.1%
Número de Filhos				
Não têm filhos			111	65.7%
Têm 1 filho			25	14.8%
Têm 2 ou mais filhos			33	19.5 %
Grau Académico				
Licenciatura			63	37.1%
Pós-graduação			22	12.9%
Mestrado			58	34.1%
Doutoramento			20	11.8%
Pós-Doutoramento			7	4.1%
Anos de experiência profissional				
Menos de 3 anos de experiência profissional			47	28.0%
Entre 3 e 6 anos de experiência profissional			28	16.7%
Entre 6 e 9 anos de experiência profissional			27	16.1%
Mais de 9 anos de experiência profissional			66	39.3%

Para tratamento da informação relativa às áreas científicas de formação dos participantes, optou-se por escolher as designações originais, em língua inglesa, da *International Standard Classification of Education (ISCED)* da UNESCO, versão de 2013 (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, 2014). Quanto às áreas de formação científica

inicial, 41.7% dos participantes optou por não responder a esta pergunta. Dos 99 que responderam (58.2%) a maioria pertencia à área da Psicologia, seguida pelas ciências da engenharia (7%) distribuindo-se os restantes participantes por uma diversidade de outras áreas de formação inicial (Tabela 2.)

Tabela 2

Áreas de formação inicial dos participantes da amostra (ordenado por percentagem; Tradução livre do original inglês da International Standard Classification of Education-ISCED)

	(n=99)	(%)
Áreas de formação		
0313 Psicologia	25	14.71
071 Engenharia e áreas afins	12	7.06
0114 Formação docente com	7	4.12
0511 Biologia	7	4.12
041 Administração e gestão	5	2.94
0232 Literatura e linguística	3	1.76
0321 Jornalismo e comunicação	3	1.76
0512 Bioquímica	3	1.76
1014 Desporto	3	1.76
01 Educação	3	1.76
0215 Música e artes performativas	2	1.18
0222 História e arqueologia	2	1.18
0223 Filosofia e ética	2	1.18
0311 Economia	2	1.18
0314 Sociologia e estudos culturais	2	1.18
051 Biologia e ciências relacionadas	2	1.18
0541 Matemática	2	1.18
0731 Arquitetura e planeamento	2	1.18
091 Saúde	2	1.18
0915 Terapia e reabilitação	2	1.18
0923 Trabalho Social e	2	1.18
1015 Viagens, turismo e lazer	2	1.18
0213 Belas artes	1	0.59
0411 Contabilidade e fiscalidade	1	0.59
0421 Direito	1	0.59
0916 Farmácia	1	0.59
	99	58.24

Instrumento

O instrumento desenvolvido para a recolha de dados foi um questionário eletrónico, alojado num serviço especializado (Survey Monkey), com duração de preenchimento estimada de 3 a 4 minutos e com objetivo de recolher informações acerca da experiência profissional dos

graduados, nomeadamente o tipo de relações laborais precárias que estes vivenciaram desde a conclusão do grau.

A opção pelo questionário eletrónico prende-se essencialmente com a possibilidade de aceder a um maior número de participantes e provenientes de todo o país.

Em termos metodológicos, esta é uma opção cada vez mais utilizada e considerada válida pela comunidade científica, uma vez que não têm sido encontradas diferenças estatisticamente significativas entre preenchimentos em papel ou eletrónicos (Fernandes, 2013). Inclusivamente, no âmbito de estudos sobre vivências do trabalho, Field, Holley e Armenakis (1978), por exemplo, ao investigarem a satisfação com o trabalho comparando o tipo de respostas, computadorizadas ou não, verificaram que não existem de diferenças significativas entre os dois formatos de recolha. Em Portugal, um estudo sobre o bem-estar subjetivo de 571 trabalhadores portugueses chegou às mesmas conclusões (Fernandes, 2013).

Dadas as características da nossa amostra, a recolha eletrónica é também das mais adequadas, já que segundo um amplo estudo sobre a utilização da internet em Portugal e no mundo (Cardoso & Espanha, 2010) verificou-se que os indivíduos com ocupações profissionais de quadros superiores (100% de uso) e também os profissionais liberais (83.3% de uso) são os que mais utilizam a internet em Portugal.

Antes da disponibilização *online*, foi realizado o pré-teste do questionário com três graduados e foram reformuladas algumas perguntas, bem como o texto introdutório (que especificava os requisitos necessários para participação), por forma a tornarem-nos mais compreensíveis. Após a disponibilização *online* do questionário, foi realizado ainda um novo teste à sua funcionalidade que, tendo corrido sem problemas, deu lugar à ativação do mesmo.

Assim, o questionário final ficou constituído por 10 perguntas, subdividido em quatro domínios principais: (i) a introdução, onde se informava os participantes do objetivo da investigação e dos requisitos que deveria reunir para avançar com o preenchimento; (ii) uma parte dedicada à recolha de variáveis socio demográficas (sexo, idade, estado civil, número de filhos, grau académico); (iii) a parte central do estudo, com questões relacionados com a experiência profissional (área científica e número de anos de experiência) e sobre o tipo de relações laborais já experimentadas ao longo da sua carreira e, por fim, (iv) incluiu-se, no final, um campo para outros comentários que o participante quisesse fazer.

A questão sobre tipo de situações/relações laborais experienciadas pelos participantes contemplava as seguintes opções pré-definidas (algumas contendo uma breve definição para melhor clarificação): (i) trabalho sobrequalificado (trabalho que exige menos qualificações do que as que o trabalhador possui); (ii) trabalho a tempo parcial; (iii) trabalho a termo ou a prazo; (iv) trabalho temporário -através de agências de trabalho temporário; (v) trabalho independente - prestação de serviços; (vi) - trabalho 'falso independente' - prestação de serviços prolongada no tempo; (vii) trabalho não-enquadrado ou informal - sem contrato; (viii) trabalho não-remunerado; (ix) trabalho através de estágios; bolsas e semelhantes; (x) trabalho doméstico, teletrabalho e trabalho sazonal; (xi) não atividade laboral - correspondente ao designado 'desemprego' e, por fim, (xii) outro – que deveria especificar. A opção de inserir estas categorias prende-se com estudos prévios realizados sobre o inemprego, nos quais se tentou descrever o maior número de situações/relações laborais possível (Araújo et al., 2014).

Procedimento

O questionário foi colocado *online* no dia 28 de Maio de 2013. A primeira resposta foi recolhida no dia 7 de junho de 2013 e a recolha decorreu de forma contínua até ao dia 12 de Novembro de 2014. Os participantes foram informados acerca dos objetivos e critérios do estudo, tendo sido assegurados os cuidados éticos, quer acerca natureza voluntária da participação, quer da garantia de confidencialidade e anonimato. No início da recolha, em Maio de 2013, foi criado um blogue (<http://inemprego.blogspot.com>) onde se divulgou o link direto para o questionário. Este link direto foi divulgado também para redes de contatos pessoais por email e para uma base de dados de emails construída pelos autores ao longo do tempo e da qual constavam mais de oito mil endereços de email, incluindo universidades, empresas e emails pessoais, entre outros. No dia 13 de Novembro foi encerrada a recolha e os dados foram descarregados.

Técnicas estatísticas e grau de confiança

Para o estudo dos dados recorreu-se e ao *software* estatístico SPSS (versão IBM 22) para realização de análises de natureza descritiva e inferencial, neste caso, de tipo não-paramétrico (Teste de Qui-Quadrado e Teste de Kruskal-Wallis), atendendo ao não cumprimento dos pressupostos necessários à utilização de testes paramétricos, definidos e aceites cientificamente

(Pestana & Gageiro, 2008), assumindo-se um grau de confiança de 95% valor de referência nas ciências sociais e humanas.

Resultados

Abordaremos, de seguida, os resultados encontrados, organizados em duas seções: a descrição detalhada do número e tipos de relações laborais experienciadas por graduados e as correlações e comparações entre grupos encontradas.

Vivências laborais de graduados

Número de relações laborais experienciadas por graduados

A tabela 3 apresenta os resultados detalhados do número de relações laborais experienciadas pelos graduados ao longo da sua carreira.

Tabela 3.

Número, percentagem e média de relações laborais experienciadas por graduados portugueses da amostra

	Frequência (n)	Percentage m	M	DP
Número de relações				
1	20	12.3%		
2	28	16.5%		
3	34	20.0%		
4	31	18.2%	3.89	2.17
5	22	12.9%		
6	12	7.1%		
7	8	4.7%		
8	7	4.1%		
9	4	2.4%		
10	3	1.8%		

Das vivências elencadas no questionário, em média os graduados experimentaram 4 (3.89) tipos (± 2.17) com um mínimo de 1 e um máximo de 10. Através da tabela 3 é possível perceber que a maior parte dos participantes da amostra (51.1%) já alternaram ou acumularam entre 3 e 5 tipos de relações laborais ao longo da sua carreira e cerca de 20% dos 170 graduados já estiveram enquadrados em 6 ou mais tipos de relações laborais.

Apresenta-se nas tabelas seguintes, os resultados acerca do número de relações laborais em função do grau académico (Tabela 4.) e dos anos de experiência profissional (Tabela 5.)

Tabela 4.

Número de relações laborais experienciadas pelos graduados, em função do grau académico

	<i>n</i>	Min	Max	<i>M</i>	<i>DP</i>
Grau académico					
Licenciatura	63	1	10	4,13	2,31
Pós-graduação	22	1	8	3,73	2,18
Mestrado	58	1	10	3,98	2,32
Doutoramento	20	1	5	3,30	1,41
Pós-Doutoramento	7	2	5	3,29	1,25

Tabela 5.

Número de relações laborais experienciadas pelos graduados, em função dos anos de experiência profissional

	<i>n</i>	Min	Max	<i>M</i>	<i>DP</i>
Anos de experiência profissional					
Menos de 3 anos	49	1	10	4,18	2,39
Entre 3 e 6 anos	28	1	8	3,93	2,22
Entre 6 e 9 anos	27	2	8	4,00	1,73
Mais de 9 anos	66	0	10	3,62	2,16

Na tabela 4 observa-se que são os possuidores de licenciatura que obtêm um valor mais elevado, ou seja, que vivenciaram mais tipos de relações laborais. No que respeita aos anos de experiência profissional (Tabela 5.), os graduados com mais anos de experiência são os que

vivenciaram menos relações laborais diferentes. É de realçar que os recém-graduados, com menos de três anos de experiência profissional, já vivenciaram mais de quatro tipos diferentes de relações laborais na sua breve carreira.

Tipos de relações laborais vivenciadas por graduados

Os tipos de relações precárias ou de ausência de trabalho vivenciados pelos participantes encontram-se representados na Tabela 6.

Tabela 6

Tipos de relações laborais vivenciadas por graduados: frequência e percentagem

		Frequência	Percentagem (%)
Tipos de relações laborais			
Trabalho Sobrequalificado	Não	97	57.1%
	Sim	73	42.9%
Trabalho a tempo parcial	Não	99	58.2%
	Sim	71	41.8%
Trabalho a termo	Não	60	35.3%
	Sim	110	64.7%
Trabalho temporário	Não	137	80.6%
	Sim	33	19.4%
Trabalho independente	Não	78	45.9%
	Sim	92	54.1%
Trabalho falso independente	Não	130	76.5%
	Sim	40	23.5%
Trabalho não-enquadrado ou informal	Não	134	78.8%
	Sim	36	21.2%
Trabalho não-remunerado	Não	135	79.4%
	Sim	35	20.6%
Trabalho através de Estágios Bolsas e semelhantes	Não	82	48.2%
	Sim	88	51.8%
Trabalho doméstico teletrabalho e trabalho sazonal	Não	152	89.4%
	Sim	18	10.6%
Nao atividade laboral (Desemprego)	Não	104	61.2%
	Sim	66	38.8%

Estes resultados indiciam que mais de metade dos respondentes (51.8%) já trabalhou no âmbito de contratos de estágios e bolsas, o que parece refletir uma recente realidade dos graduados. Acontece algo semelhante com o trabalho independente: mais de metade dos participantes (54.1%) já trabalhou como trabalhador independente. Igualmente, 64.7% já trabalharam em regime de contrato a termo.

Apenas 38.8% dos inquiridos afirmam ter estado, em algum momento, em situação de desemprego.

Por outro lado, o trabalho temporário é um tipo de vivência pouco experimentada por graduados (apenas 19.4%). Observa-se ainda que quase todos os participantes (89.4%) afirmam ter realizado trabalho do tipo doméstico, teletrabalho e trabalho sazonal.

Foi apurado também o tipo de relações laborais vivenciadas por grau académico, que são apresentadas na Tabela 7, salientando-se que eram permitidas múltiplas opções nesta questão.

Tabela 7

Tipos de Relações Laborais Vivenciadas por Graduados por Grau Académico (Porcentagem)

	Trabalho Sobrequalificado	Trabalho a tempo parcial	Trabalho a termo	Trabalho temporário	Trabalho independente	Trabalho falso independente	Trabalho não enquadrado ou informal	Trabalho não remunerado	Trabalho através de Estágios Bolsas e semelhantes	Trabalho doméstico teletrabalho e trabalho sazonal	Não atividade laboral (Desemprego)
Grau Académico											
Licenciatura	47.6%	42.9%	60.3%	31.7%	57.1%	30.2%	28.6%	17.5%	38.1%	15.9%	42.9%
Pós-graduação	36.4%	50%	63.6%	13.6%	63.6%	13.6%	22.7%	18.2%	45.5%	13.6%	31.8%
Mestrado	44.8%	43.1%	69%	17.2%	55.2%	20.7%	17.2%	24.1%	56.9%	8.6%	41.4%
Doutoramento	30%	35%	65%	0%	45%	30%	10%	20%	70%	0%	25%
Pós-Doutoramento	42.9%	14.3%	71.4%	0%	14.3%	0%	14.3%	28.6%	100%	0%	42.9%

Dos resultados apresentados na Tabela 7 destacam-se algumas conclusões diretamente relacionadas com o grau académico dos participantes e a vivência de relações laborais precárias. Os detentores do grau de mestre vivenciaram sobretudo o trabalho a termo, seguido de trabalho por estágios e bolsas. Os doutorados e pós-doutorados apresentam os valores mais elevados no trabalho através de estágios e bolsas (o que deverá ser justificado pelo seu eventual enquadramento como bolseiros de investigação). Os licenciados e os doutorados são os que

mais experienciaram o desemprego. Ainda outros dados podem ser destacados neste âmbito, por exemplo, a tipologia mais experienciada por licenciados, pós-graduados e mestres é o trabalho a termo, seguida do trabalho independente e, como terceira tipologia verifica-se, no caso dos licenciados, a não-atividade laboral/ desemprego, enquanto em pós-graduados é o trabalho a tempo parcial. De realçar o trabalho sobrequalificado, que apresenta valores elevados em todos os graus académicos (de 30 a 47.6% dos participantes já o experienciaram). Por fim, no que respeita ao trabalho temporário são os licenciados que mais são contratados neste tipo de relação (31.7%).

Por fim, procurou-se descrever as tipologias vivenciadas, consoante os anos de experiência profissional (Tabela 8).

Tabela 8

Tipos de Relações Laborais Vivenciadas por Graduados por Anos de Experiência Profissional

Anos de experiência	Trabalho Sobrequalificado	Trabalho a tempo parcial	Trabalho a termo	Trabalho temporário	Trabalho independente	Trabalho falso independente	Trabalho não enquadrado ou informal	Trabalho não remunerado	Trabalho através de Estágios Bolsas e semelhantes	Trabalho doméstico teletrabalho e trabalho sazonal	Não atividade laboral
Menos de 3	53.2%	51.1%	44.7%	29.8%	46.8%	23.4%	31.9%	38.3%	48.9%	14.9%	46.8%
Entre 3 e 6	32.1%	46.4%	71.4%	28.6%	46.4%	32.1%	21.4%	14.3%	64.3%	10.7%	25%
Entre 6 e 9	51.9%	29.6%	70.4%	11.1%	55.6%	14.8%	14.8%	18.5%	59.3%	11.1%	63%
Mais de 9	37.9%	39.4%	74.2%	12.1%	62.1%	24.2%	16.7%	12.1%	45.5%	7.6%	30.3%

Da análise da tabela 8 surgem elementos que importa observar. No grupo dos graduados com menos de três anos de experiência profissional, (apesar dos poucos anos de trabalho) existem sujeitos em todos os tipos de relações laborais, o que poderá significar que mesmo estando há pouco tempo no mercado de trabalho, os graduados se distribuem por todos os tipos de vínculos laborais. No entanto, realça-se o trabalho sobrequalificado tendo 53.2% dos graduados com menos de 3 anos de experiência já experienciado tarefas profissionais menos exigentes que o seu nível de qualificações

O trabalho a termo é vivenciado essencialmente por graduados com mais de 3 anos de experiência, situação que dentro das relações precárias, oferece já alguma estabilidade/continuidade de vínculo.

O teletrabalho, trabalho doméstico e sazonal e o trabalho temporário são em geral, as tipologias menos vivenciadas por graduados, independentemente dos anos de experiência.

Quanto à tipologia 'falso independente' são os graduados que possuem entre 3 e 6 anos de experiência que mais o vivenciam (32.1%).

Os diplomados com menos de três anos de experiência são os que mais experienciaram trabalho não enquadrado e trabalho não-remunerado.

Correlações Entre Variáveis e Comparações Entre Grupos

Para explorar estas vivências numa perspetiva inferencial, realizaram-se procedimentos estatísticos adequados, para verificar se haveriam diferenças significativas no que respeita ao número de relações laborais acumuladas ao longo dos anos, em função de variáveis como: sexo (feminino vs. masculino), anos de experiência (< 3 anos, 3 a 6 anos, 6 a 9 anos e >9 anos), grau académico (licenciatura, pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento) e número de filhos (sem filhos, um filho ou dois ou mais filhos). Explorou-se também a correlação entre a idade e o total de relações laborais, mas verificou-se que não há diferenças entre grupos nem correlações estatisticamente significativas no que respeita a essas variáveis.

Procurando perceber eventuais diferenças entre grupos, em cada um dos tipos de vivências de trabalho (e não no número total de vivências), encontrou-se diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres no que respeita ao trabalho sobrequalificado [$\chi^2(1) = 9.31$, $p = .002$]. Constatou-se uma percentagem muito mais elevada de participantes do sexo feminino com o trabalho sobrequalificado (36.4%), quando comparada com a percentagem verificada no sexo masculino (6.4%).

Verificaram-se também diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres no que concerne ao desemprego [$\chi^2(1) = 5.90$, $p = .011$] sendo, mais uma vez, as mulheres (32.3%) a vivenciar mais este tipo de situação, quando comparadas com os homens (6.4%).

E, por fim, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas no número de relações laborais em função do número de filhos [$\chi^2_{KM}(2) = 15.15$. $p = .001$]. A análise dos resultados descritivos apresentados pelos três grupos de participantes (sem filhos, 1 filho e 2 ou mais filhos) permitiu concluir que os participantes sem filhos experienciaram um maior número de relações laborais (4.28 ± 2.32) quando comparados com os participantes com um filho (3.60 ± 1.53) e com dois ou mais filhos (2.70 ± 1.49).

Discussão e Conclusões

Este estudo procurou obter uma visão detalhada das tipologias de relações laborais vivenciadas por graduados portugueses nas suas carreiras.

A principal conclusão deste estudo, e que se constitui um novo dado no âmbito da pesquisa sobre precariedade em graduados, é o facto de atestar que os graduados já experimentar cerca de quatro tipos de relações laborais diferentes após a conclusão da sua formação. Especificamente, a maior parte dos participantes já alternaram ou acumularam entre três e cinco tipos de relações laborais ao longo da sua carreira e cerca de 20% dos 170 graduados já estiveram enquadrados em seis ou mais tipos de relações laborais. Note-se que a média de idade dos participantes é de apenas 34 anos.

Estes resultados corroboram investigações anteriores, nas quais se têm fundamentado que o conceito de inemprego e que se constitui atualmente como uma nova vivência do trabalho em graduados, acumulando tipos de relações laborais cada vez mais variadas ao longo das suas carreiras (Araújo et al., 2014) e assumindo-se até um novo tipo de carreira, em que os sujeitos “começam e recomeçam sucessivamente carreiras, empregos e trabalhos (e formas de trabalho)” (Castro, 2010, p. 2) pois, “após a sua formação entram num mundo caracterizado pela incerteza, pela diversidade, pela busca permanente” (Castro, 2010, p. 3).

Em segundo lugar, verifica-se que o trabalho a termo ou a prazo continua a ser o tipo de relação laboral precária mais comum em todos os graus académicos considerados: mais de 60% em cada sub-grupo de participantes considerado, já experienciou esta tipologia, o que confirma a afirmação de Bertrand-Cloudt, Corvers, Kriechel e Van Thor (2012, p. 169) de que “*fixed-term contracts might be highly prevalent among recent UE graduates*”.

Um terceiro dado deste estudo é o de que apenas 38.8% dos inquiridos afirmam ter estado realmente em desemprego, o que reforça resultados de trabalhos anteriores (Araújo et

al., 2014) nos quais se concluiu que muitos graduados, apesar de registado como desempregados nas estatísticas oficiais, provavelmente situam-se mais na precariedade laboral do que propriamente do desemprego pleno. Mais uma vez, os graduados parecem estar mais próximo de serem inempregados do que desempregados (Araújo et al., 2014).

Um quarto elemento que se destaca prende-se com o trabalho sobrequalificado: 42.9% do total da amostra já exerceu trabalho abaixo das suas qualificações e, este valor sobe para 53.2% nos graduados com menos de 3 anos de experiência. Este dado poderá indiciar um aumento do trabalho sobre qualificado no contexto de trabalho português, facto que tem vindo a ser abordado quer pela comunicação social quer pela investigação. Por exemplo. Marques (2004) já há mais de dez anos atrás, havia antecipado que “os fenómenos de sobrequalificação (...) poderão marcar algumas tendências recentes de jovens diplomados em certas áreas de estudo” (p. 166). O resultado encontrado aproxima-se empiricamente e de uma forma expressiva desta situação. Outros autores, por exemplo, Bertrand-Cloudt et al. num estudo com mais de 2000 graduados holandeses afirmavam também que “*graduates in temporary positions often face lower wages. work below their educational level (i.e.. they are overeducated) or outside their occupational domain*” (2012, p. 171).

Um quinto elemento de destaque assinala que o trabalho temporário é um tipo de relação laboral pouco experimentada por graduados da nossa amostra (apenas 19.4%), porém, a percentagem quase duplica quando se analisa o caso específico dos participantes com o grau de licenciado (31.7%). Considerando os anos de experiência profissional, são os graduados com menos de três anos de experiência profissional que mais se envolvem neste tipo de relação laboral (29.8%) o que poderá também indiciar um aumento do número de recém-graduados neste tipo de vínculo. De uma forma eventualmente especulativa, podemos refletir que esta poderá ser uma estratégia de recém-graduados para lidarem com desemprego, já que “*recent graduates are more likely to accept flexible jobs when they face high unemployment*”(Bertrand-Cloudt et al., 2012, p. 169).

Num sexto ponto, assinala-se o caso particular dos contratos de estágios e bolsas. Como se havia constatado em investigações anteriores, os estágios “(...) emergem como um novo tipo de precariedade, pois não trazem benefícios sociais laborais (como por exemplo, direito a subsídio de desemprego, direito a reforma, direito a licenças de maternidade e paternidade, baixa médica, etc.) e muitos são os jovens que permanecem nestas situações, quando na realidade já são profissionais” (Araújo & Jordão, 2011, p. 291). No presente estudo, mais de

metade da amostra (51.8%) já trabalhou no âmbito de contratos de estágios e bolsas, o que parece refletir uma realidade precária muito presente nos graduados. Além disso, participantes com o grau de doutoramento ou pós-doutoramento apresentam os valores mais elevados (100%) no trabalho através de estágios e bolsas (o que pode ser parcialmente explicado pelo seu enquadramento legal como bolseiros de investigação). Refletindo sobre este resultado, pode-se considerar que se noutras épocas as bolsas de doutoramento eram um processo de aceder ao grau de doutor, atualmente parecem começar a ser encaradas pelos graduados como uma espécie de emprego, no sentido em que oferecem rendimento garantido e relativamente seguro durante alguns anos.

Um outro tema que se destaca situa-se no debate acerca do trabalho não remunerado e do trabalho não-enquadrado. O trabalho não-enquadrado, ou seja, fora de situações contratualizadas, é muitas vezes 'esquecido' pela investigação que dá mais enfoque ao desemprego (Jahoda, 1981). O trabalho sem remuneração reveste-se frequentemente, nas carreiras de graduados "por uma sucessão de estágios não remunerados" (Alves et al., 2011, p. 2) como uma espécie de troca pela eventual possibilidade de aprendizagem. Estas são duas tipologias sobre as quais existem muito poucos dados estatísticos, quer por não estarem registados oficialmente nos organismos mas também porque talvez seja do interesse, quer dos trabalhadores quer das organizações, manter esta informação reservada de forma a evitar procedimentos judiciais, uma vez que o Decreto-Lei n.º 66/2011, de 1 de Junho, veio proibir a possibilidade de realizar contratos de estágio sem remuneração (de notar que, no nosso estudos apenas abordamos a questão do trabalho –após qualificação– por estágios e não de estágios para obtenção de certificações ou conclusão de cursos superiores, uma vez que estes ainda se encontram no percurso formativo. Este estudo concluiu que os valores destes dois tipos de relações laborais são bastante elevados, com 31.9% dos licenciados com menos de três anos de experiência a trabalhar sem qualquer enquadramento e 38.3% a trabalhar sem qualquer tipo de remuneração. De assinalar que estas situações implicam também um impacto social e fiscal grave e negativo para o país. Por fim, relembre-se que, de acordo com o regime legal em vigor, pessoas que trabalham na organização de forma não enquadrada (sem contrato escrito oficializado) podem comprovar a existência da relação laboral na situação factual correspondente (o contrato de trabalho sem termo), bastando para tal que o trabalhador recorresse a vias judiciais para provar essa situação. No entanto, muitos trabalhadores não recorrem a esta opção quer por compactuarem com a entidade empregadora de forma a evitar impostos, quer pelo facto desta prova ser dificultada em tribunal (Araújo, 2009). Posto isto,

existe a probabilidade de 31.9% dos licenciados (com menos de três anos de experiência) se encontrarem na situação efetiva de contrato de trabalho sem termo.

Desta forma, o trabalho não remunerado, não enquadrado ou a sucessão crescente de bolsas e estágios que proliferam no mercado português não parecem constituir-se como uma solução para as questões quer da precariedade/flexibilidade quer para a resolução das elevadas taxas de desemprego, pois como afirma Oakley *“Unpaid work. either in the form in internships, free labour or the expansion of volunteering, remains a barrier to entry, progression and retention”* (2011, p. 285).

Uma oitava questão relaciona-se com a discussão acerca do trabalho independente e falso independente, por se tratarem de tipologias relacionadas. O trabalho independente foi uma relação laboral experienciada por mais de metade da amostra (54.1%) enquanto o ‘falso independente’ foi experienciada por quase um quarto dos sujeitos (23.5%). De notar que, apesar de ter sido claramente definido e explicitado no questionário (e de se tratar inclusivamente uma expressão já relativamente comum), talvez alguns inquiridos possam não ter percebido o que se denomina por ‘falso independente’ (Kovács, 2004). Nesta questão sobressai um resultado paradoxal: os 170 participantes afirmaram que não queriam criar o próprio emprego/empresa (um requisito obrigatório para a participação no estudo). Assim, este resultado não revela - apenas - dados sobre o trabalho independente ou falso independente por si só, mas sim também indicadores sobre o trabalho independente e falso independente involuntário. Noutra perspetiva, assinala-se também a presença desta tipologia nas carreiras de graduados, prevista por Kovács no início deste milénio, quando afirmava que “os dados estatísticos sobre trabalho independente escondem, na maior parte das vezes, situações de trabalho muito heterogéneas desde o trabalho dependente precário até o trabalho altamente qualificado dos profissionais independentes” (Kovács, 2004, p. 40). O aumento do trabalho independente acontece um pouco por toda a Europa: “os dados estatísticos indicam uma forte proporção de autoemprego, sobretudo nos países da Europa do Sul, como Grécia (45.7%) Itália (29.6%). Portugal (25.1%) e Espanha (20.2%), que é bem superior à média europeia (15.0%)” (Kovács, 2004, p. 41), porém, os dados deste estudo podem acrescentar um conhecimento importante sobre o mercado de trabalho português, pois uma boa parte dos graduados portugueses são trabalhadores por conta própria, não por o desejarem ou terem motivação para serem empreendedores mas porque o mercado e/ou os empregadores assim lhes exigem. Este resultado estará suportado no facto das empresas/organizações procurarem evitar ao pagamento de encargos fiscais e sociais (Araújo &

Jordão, 2011). Nesta situação a decisão e também as vantagens recaem primordialmente sobre as entidades empregadoras, como refere Bertrand-Cloodt et al. *“Our main conclusion is that the allocation of recent graduates into either permanent or flexible jobs occurs primarily on the demand side of the labour market; that is, choices are made by employers rather than by graduates”* (Bertrand-Cloodt et al., 2012, p. 171).

Um resultado importante a debater são os dados obtidos acerca do trabalho a tempo parcial. Kovács menciona que: “Em Portugal esta modalidade tem pouca representação nas camadas mais jovens e tem um forte peso (58%) entre os indivíduos com mais de 65 anos” (Kovács, 2004, p. 45), mas atualmente parece que este panorama está em mudança. No caso desta investigação verifica-se que 41.8% da amostra de graduados já o experienciaram, indicador que sobe para os 51.1% nos graduados com menos de 3 anos de experiência profissional. Para Kóvacs (2004) era previsível que este tipo de relação laboral fosse crescer na EU, porém “em Portugal a proporção daqueles que trabalham a tempo parcial por motivos involuntários é muito superior (45.5%) à média europeia (18%)” (Kovács, 2004, p. 45).

Por outro lado, uma questão que emerge neste estudo relaciona-se diretamente com o papel da mulher no mercado de trabalho português. Neste âmbito os dados apontam para que sejam as mulheres que mais significativamente experienciam trabalho sobre qualificado ($p = .002$) e não atividade laboral/desemprego ($p = .011$). Este resultado está em conformidade com os dados estatísticos respeitantes aos países da OCDE, nos quais as mulheres apresentam sucessivamente taxas mais elevadas de desemprego do que os homens (OCDE, 2013), indicador este que, de alguma forma, vem reafirmar que o facto de ser mulher ainda representa uma vulnerabilidade significativa no que respeita à inserção no mundo laboral.

Finalmente, assinala-se uma relação estatisticamente significativa e que poderá indiciar um dado importante na investigação desta temática em Portugal: os participantes sem filhos experienciaram um maior número de relações laborais precárias (4.28 ± 2.32). Em média, os participantes desta amostra haviam experienciado cerca de 4 tipologias ao longo das suas carreiras, no entanto, os participantes sem filhos obtêm uma média de 4.28 de tipologias de relações laborais. Podendo especular-se sobre o facto de quem não tem o encargo dos filhos ter disponibilidade para experimentar mais vivências laborais. No entanto, este pode ser também um sinal de que os graduados podem também estar a acumular vários trabalhos, impacto já descrito em outras investigações (Araújo & Jordão, 2011) quer por gosto pessoal, por enriquecimento de currículo, por obtenção de rendimentos complementares quer para garantir

a estabilidade profissional, ainda que sejam certamente necessários mais estudos para uma compreensão aprofundada deste indicador.

Este estudo apresenta algumas limitações que importa assinalar. Apesar de 170 respostas ser já um número considerável, continua a ser uma amostra relativamente reduzida face ao número de diplomados que certamente experienciam situações de inemprego. Existindo cerca de 81 mil diplomados em Portugal em 2012, há poucos dados estatísticos acerca de quantos continuam a permanecer no nosso país. Porém, há nove anos atrás, o Banco Mundial estimava que cerca de 20% dos licenciados deixavam Portugal para ir trabalhar para o estrangeiro (Costa & Silva, 2005) e é um facto que o número de emigrantes possuidores de licenciatura aumentou 87% em apenas uma década (Observador, 2014). Uma vez que não existem dados rigorosos quanto às relações precárias vivenciadas por graduados, é pois impossível prever qual seria a população exata no sentido estatístico, para se poder afirmar se esta se constitui ou não como uma amostra significativa. Por outro lado, novas relações atípicas ou precárias surgem todos os dias, relações laborais que nem são emprego, nem são desemprego, mas situam-se numa 'zona cinzenta' entre estes dois estados. O facto de se terem estabelecido 11 tipologias para o questionário, provavelmente exclui novas ou outras vivências, o que poderá ter contribuído para uma mais difícil compreensão dos fenómenos laborais por parte dos inquiridos, uma vez que se tratam de processos complexos e polissémicos (mesmo tendo sido inserida a opção 'outra' verificamos que nenhum participante preencheu este campo). Os próprios inquiridos podem estar em situação de precariedade e considerarem-se e continuarem inscritos em organismos oficiais como desempregados. Já em outras investigações, este assunto foi estudado: o entendimento de se autorreferenciarem ou não como desempregados varia de pessoa para pessoa, e cada vez mais esse é um rótulo estigmatizante, principalmente quando vivenciado por pessoas de classe média e com maior qualificação (McFayden, 1995). Por fim, apesar de se ter garantido o anonimato, algumas perguntas do questionário podem implicar questões jurídicas graves (por exemplo, afirmar que teve trabalho não enquadrado e, logo ilícito, pode causar receio e medo de represálias ou processos judiciais) o que dificulta este tipo de estudo. Esta situação poderá ajudar a explicar algumas das surpresas deste estudo: desde logo, o facto de ter sido necessário 1 ano e 6 meses para a recolha de um número satisfatório de respostas; por outro lado, a circunstância de 70 inquiridos desistirem do preenchimento logo após a entrada no site do questionário e da visualização do conteúdo do mesmo e, finalmente, a razão pela qual uma boa parte dos participantes (41.7%) não ter indicado a sua área de formação.

Este trabalho procurou constituir-se com um primeiro passo na tentativa de descrever com detalhe as vivências laborais precárias de pessoas graduadas (sendo também necessário procurar descrevê-las em públicos com outras habilitações escolares). O estudo focou-se no objetivo de identificar e descrever detalhadamente algumas vivências laborais de graduados e começar a trazer a atenção científica a esta temática, pois, como já outros autores têm referido, “é urgente e necessário criar um novo indicador em vez da limitada taxa de desemprego que já não reflete a realidade complexa” (Martins, 2013, p. 11) já que muitas destas novas vivências já não se inserem nas atuais definições de trabalho e que ainda se “baseiam no velho mundo industrial” (Handy, 2006, p. 128).

Estes resultados contribuem para a reflexão sobre implicações práticas para o mercado laboral português: o conhecimento dos percursos laborais que os graduados portugueses fazem após a conclusão do seu curso, evidenciando o fenómeno do inemprego, chamam a atenção para a necessidade dos organismos oficiais responsáveis pelas estatísticas começarem a detalhar as diversas situações e nuances, e abandonar a dicotomia empregado-desempregado. Por outro, ao nível dos programas de incentivo à empregabilidade de graduados é urgente e necessário repensar os aparentes efeitos perversos que alguns deles parecem causar. Por fim, o próprio papel das instituições de ensino superior, quer na formação de graduados quer na sua intervenção ao nível da empregabilidade dos mesmos talvez tenha também de ser redesenhado para que, eventualmente, estas passem a ter um papel mais abrangente e ativo.

Em conclusão, será enorme o desafio que Portugal e toda a Europa terão de enfrentar neste domínio, numa procura de soluções/respostas para promoção do equilíbrio entre a flexibilidade e a segurança no emprego e entre os desejos dos trabalhadores e das organizações.

Referências Bibliográficas

- Alves, N., Cantante, F., Baptista, I., & Carmo, R. (2011). *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Araújo, P. (2009). *Os inempregáveis: Estudos de caso sobre os impactos psicossociais do nao-emprego em licenciados portugueses. [Dissertação de Mestrado]*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Araújo, P., Castro, J., & Jordão, F. (2014). “Always a worker, hardly an employee”: The ‘anemployment’ as an emergent labor category. *Revista Trabalho e Educação*, 23(3), 31-53.

- Araújo, P., & Jordão, F. (2011). "The unemployable": Case studies on the psychosocial impacts of non-employment among Portuguese graduates. *Análise Psicológica*, 29(2), 289-314.
- Araújo, P., Jordão, F., & Castro, J. (2015a). Consequences of atypical work relations and unemployment in higher education graduates: An integrative literature review. In U. Católica (Ed.), *Livro de Actas do II Congresso Internacional de psicologia do trabalho e das Organizações: "Pessoas e trabalho: investigação, diagnóstico e intervenção nas organizações" [No Prelo]*. Braga: Universidade Católica.
- Araújo, P., Jordão, F., & Castro, J. (2015b). Impacts of anemployment in higher education Graduates: Intermediate results. In IEFP: Instituto de Emprego e Formação Profissional (Ed.), *Lugares do Trabalho, Espaços de Aprendizagem [Places of Work, Learning Environments] [in Press]*. Porto.
- Bertrand-Cloodt, D., Corvers, F., Kriechel, B., & van Thor, J. (2012). Why do recent graduates enter into flexible jobs? *Economist-Netherlands*, 160(2), 157-175.
- Cardoso, G., & Espanha, R. (2010). *A utilização da Internet em Portugal em 2010*. Lisboa: WORLD Internet Project/ LINI – Lisbon Internet and Networks/CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- Castro, J. (2010). *Juventude: A Aprendizagem da Esperança – Na Profissão*. Comunicação apresentada em Ciclo de conferências "Ecce Homo" sob o tema "Juventude". Associação Católica do Porto. 25 de Maio. Porto.
- Costa, E., & Silva, E. (2005). Vinte por cento dos licenciados fogem de Portugal [Versão eletrónica]. *Diário de Notícias*, Obtido em http://dn.sapo.pt/2005/10/28/tema/20_licenciados_fogem_portugal.html.
- Diogo, F. (2012). Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos [Versão eletrónica]. *Newsletter do Observatório das Desigualdades*. (22). Consult. Setembro de 2013, Obtido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=129&lang=pt>
- Fernandes, R. (2013). *Bem-estar subjetivo no (des)emprego: um estudo sobre o ajustamento pessoa-ambiente profissional (Tese de Doutoramento, não publicada ed.)* (Tese de Doutoramento, não publicada ed.). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, J., Freitas, R., Costa, R., & Santos, E. (2010). Contributos para a compreensão da população desempregada: O papel dos padrões de crenças motivacionais. *Psicologica*, 2(52), 643-672.
- Fidalgo, F., & Machado, L. (2000). *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Field, H., Holley, W., & Armenakis, A. (1978). Computerized Answer Sheets: What Effects on Response to a Mail Survey? *Educational and Psychological Measurement*, 38(3), 755-759.
- Handy, C. (2006). *O Meu Eu e outros temas importantes*. Lisboa: Actual Editora.
- Jahoda, M. (1981). Work, Employment and Unemployment: Values, Theories and Approaches in Social Research. *American Psychologist*, 36(2), 184-191.

- Kalleberg, A. (2009). Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition. *American Sociological Review*, 74, 1-22.
- Kovács, I. (2004). Emprego flexível em Portugal. *Sociologias*, nº 12, 32-67.
- Marques, A. (2004). Mercados Profissionais e (di)visões identitárias de jovens engenheiros. Obtido em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/271.pdf>
- Martins, R. (2013, 24 de Novembro de 2013). Portugal já tem quase meio milhão de jovens que não estudam nem trabalham. *Público*, pp. 10-13.
- Mateus, C. (2014). Licenciados & Temporários [Versão eletrónica]. *Diário de Notícias*, Obtido em <http://expressoemprego.pt/noticias/licenciados---temporarios/3417>.
- McFayden, R. (1995). Coping with Threatened Identities: Unemployed People's Self-Categorizations. *Current Psychology*, Fall-14(3), 233-256.
- Oakley, K. (2011). In its own image: New Labour and the cultural workforce. *Cultural Trends*, 20(3-4), 281-289.
- Observador. (2014). Fuga de cérebros: emigrantes licenciados aumentaram 87% numa década. <http://observador.pt/2014/07/21/fuga-de-cerebros-numero-de-emigrantes-licenciados-dispara/>
- Observatório das Desigualdades. (2013). Portugal entre os países da UE com maior incidência de trabalho precário. <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=207&lang=pt>
- OCDE. (2013). Harmonised Unemployment Rates - News Release: 12 February. http://www.oecd.org/std/labour-stats/HUR_02e13.pdf
- Oliveira, L., & Carvalho, H. (2008). A precarização do emprego na Europa. *Dados-Revista de Ciências Sociais [Online]*, 51(3), 541-567.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS* (5.ª ed.). Lisboa: Europress.
- Polivka, A., & Nardone, T. (1989). On the definition of "Contingent Work". *Monthly Labour Review*, 112(12), 9-15.
- Pordata. (2014). Diplomados Por ano - Ensino Superior. Obtido em: <http://www.pordata.pt>
- United Nations Educational Scientific and Cultural Organization. (2014). *International Standard Classification of Education: ISCED Fields of Education and Training 2013*. Canadá: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- Vaz, A. (2000). As novas formas de trabalho e a flexibilidade do mercado de trabalho. Livro de Atas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Obtido em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dcf976dde7_1.PDF

ANEMPLOYMENT IN PORTUGAL: A DESCRIPTIVE STUDY ON GRADUATE'S WORK RELATIONS THROUGHOUT THE CAREER

ABSTRACT: Unemployment and precarious work relations are becoming a reality in higher education graduates and so the aim of this article is to achieve exact statistical data about these experiences. An electronic questionnaire was used to obtain a sample of 170 graduates, most female (72.9 %), single (30.2%) and with a mean age of 34 years (± 8.08). Statistically significant differences were found between the number of work relations concerning the number of children: participants without children experience a higher number of work relations. Also, significant differences based on sex were found and it is women who most experience overqualified work and unemployment. Implications of results are discussed and we suggest some clues to future research and intervention.

Key-words: Higher education graduates, employment, unemployment, precarious work

Institution

Faculty of Psychology and Educational Sciences, Oporto University. Portugal